

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 4/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.000280/2026-81

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

Unidade:	ENGENHARIA
Nome do projeto:	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de sonorização fixa para a Sala da Plenária
Fonte de Recursos:	6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Informática
Responsável pela Demanda:	Alfredo Leonardo Guedes Fulber
E-mail:	engenharia@crars.org.br
Ramal	4712

2. IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDA

2.1. Identifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para fornecimento, integração, instalação, configuração e calibração de sistema de sonorização fixa para a Sala da Plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, compreendendo o fornecimento de equipamentos de amplificação, processamento, recepção e roteamento de sinais de áudio, caixas acústicas, cabeamento, conectores, suportes e infraestrutura correlata, bem como adequação de impedância, fixação, realização de testes, treinamento básico de usuários, entrega de documentação técnica e garantia de funcionamento, além de todos os componentes necessários à plena operação do sistema.

2.2. A solução deverá integrar e utilizar os microfones de mesa tipo gooseneck, com haste flexível e ajustável, bem como câmera de vídeo já existentes e previamente adquiridos pelo CRA-RS, cabendo à contratada assegurar a compatibilidade técnica e a adequada integração desses equipamentos ao sistema de sonorização a ser instalado.

2.3. Os equipamentos atualmente disponíveis no Conselho correspondem a 10 (dez) microfones de mesa e 01 (uma) câmera de vídeo para captação de imagem das sessões plenárias, cujas especificações técnicas constarão no Termo de Referência para fins de integração e compatibilidade.

2.4. A solução a ser implementada deverá assegurar adequada inteligibilidade da fala, uniformidade da cobertura sonora no ambiente da plenária e condições técnicas apropriadas para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais de caráter deliberativo realizadas pelo Conselho.

3. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

	Setor Demandante	Superintendente Executiva	Responsável pela Contratação
Nome:	Alfredo Leonardo Guedes Fulber	Gabriela Gonçalves Sanches	Júlio César Abrantes
Email:	engenharia@crars.org.br	superex@crars.org.br	jcabrantess1962@gmail.com
CPF:	000.xxx.020-28	004.xxx.010-97	752.xxx.467-87

4. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM BASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. A contratação pretendida está alinhada com os objetivos estratégicos do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS no que se refere à garantia de condições adequadas para realização das atividades institucionais deliberativas, reuniões plenárias, eventos internos, sessões

oficiais e demais atividades correlatas que exigem comunicação oral clara, inteligível e acessível para conselheiros, servidores e visitantes.

4.2. A implantação de sistema de sonorização fixa é essencial para a funcionalidade da sala da plenária, constituindo infraestrutura de apoio às atribuições regimentais do Conselho, especialmente nos processos de deliberação colegiada, votação, sessões plenárias e eventos institucionais que demandam captação, amplificação e distribuição equilibrada de áudio no ambiente.

4.3. A contratação reforça as condições de operação do espaço físico institucional, contribui para a continuidade administrativa e melhora a eficiência operacional.

4.4. A solução também se mostra aderente às diretrizes de modernização e adequação tecnológica do Conselho, com vistas à melhoria dos processos internos e à realização de atividades formais com padrões adequados de qualidade técnica.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A sala da plenária é ambiente institucional destinado à realização de sessões deliberativas, reuniões colegiadas e eventos oficiais que exigem comunicação oral clara e inteligível entre conselheiros e servidores. Atualmente o ambiente não dispõe de sistema de sonorização fixa, inexistindo amplificação adequada da voz e distribuição uniforme do áudio no espaço, o que compromete a funcionalidade do recinto e o exercício regular das atividades finalísticas do Conselho.

5.2. Foram adquiridos pelo CRA-RS 10 (dez) microfones de mesa tipo gooseneck com haste flexível e ajustável, marca SKP PRO AUDIO, modelo PRO 7K PARLIAMENT e 01 (uma) camera de vídeo marca ZOWIETEK, modelo 4K PTZ CAMERA, para uso na plenária, porém, para operação plena é necessária a integração com equipamentos e infraestrutura compatíveis (amplificação, recepção, roteamento de sinais, caixas acústicas, cabeamento, calibração e treinamento), os quais não se encontram disponíveis na estrutura atual. Tal lacuna impede o uso adequado dos microfones e inviabiliza o atendimento às necessidades operacionais do ambiente.

5.3. Considerando que a plenária constitui espaço de caráter deliberativo e normativo, a ausência de sonorização adequada produz barreira física e funcional ao desenvolvimento das atividades, gerando ineficiência operacional, falhas de comunicação e prejudicando a transparência das sessões.

5.4. Diante desse cenário, a contratação de solução de sonorização fixa mostra-se necessária para assegurar condições técnicas adequadas ao funcionamento da sala da plenária, possibilitar o uso pleno dos equipamentos já adquiridos pelo Conselho, garantir inteligibilidade da fala e promover maior eficiência na realização das sessões deliberativas e demais atividades institucionais do CRA-RS.

6. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

6.1. A contratação deverá resultar na implantação de sistema de sonorização fixa plenamente funcional na sala da plenária, permitindo a execução de sessões deliberativas, reuniões colegiadas e demais eventos institucionais com clareza e inteligibilidade de fala, sem dependência de soluções improvisadas ou recursos externos.

6.2. Espera-se que o ambiente passe a contar com captação, amplificação e distribuição sonora adequadas, com nível sonoro uniforme e cobertura consistente em toda a área ocupada, possibilitando que todos os participantes e ouvintes compreendam as manifestações verbais de forma clara, eliminando barreiras operacionais relacionadas à comunicação oral.

6.3. Espera-se ainda que o sistema integre-se aos microfones já adquiridos pelo Conselho, permitindo seu uso regular, contínuo e sem necessidade de reposição de equipamentos já adquiridos, garantindo economicidade e racionalidade nos gastos públicos.

6.4. Como resultado adicional, a contratação deverá fornecer treinamento operacional aos usuários designados e documentação técnica mínima (manual e procedimentos básicos), assegurando a continuidade do uso sem dependência exclusiva do fornecedor e facilitando a manutenção e a fiscalização futura do objeto, contribuindo para maior eficiência administrativa e funcional.

7. FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. A modalidade licitatória será definida na fase interna do procedimento, após consolidação do Termo de Referência, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A vistoria técnica prévia no local de execução dos serviços será facultativa, porém fortemente recomendada, a fim de que o licitante possa dimensionar corretamente os equipamentos, infraestrutura, pontos de instalação, características acústicas do ambiente, roteamento de cabos e demais elementos necessários à adequada formulação da proposta técnica e comercial.

7.3. A avaliação prévia do local possibilita o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas, falhas de dimensionamento e eventuais alegações futuras de desconhecimento das condições do ambiente.

7.4. Aos licitantes que optarem por não realizar a vistoria, será exigida a apresentação de declaração formal de pleno conhecimento das condições locais, assumindo integral responsabilidade pela elaboração da proposta e pela execução do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições do local para fins de reequilíbrio, alteração contratual ou descumprimento de obrigações.

7.5. A vistoria poderá ser realizada mediante agendamento prévio, acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.

7.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria, mediante prévio agendamento pelo e-mail: engenharia@crars.org.br

8. PRAZO PRETENDIDO PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O prazo para a conclusão da contratação é de até 30 dias.

9. ENCAMINHAMENTOS

9.1. Em conformidade com [Decreto 10.947](#), de 25 de janeiro de 2022, emitida pela Presidência da República, encaminha-se o presente Documento de Formalização de Demanda (DFD) à Área de Licitações e Contratos.

Alfredo Leonardo Guedes Fulber

Chefe de Setor - Engenharia

CREA-RS 266699

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches

Superintendente Executiva do CRA-RS

CRA-RS nº 30370



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Leonardo Guedes Fülber**, **Chefe de Setor**, em 18/03/2026, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Gonçalves Sanches**, **Superintendente Executivo(a)**, em 19/03/2026, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3807843** e o código CRC **4FC3581F**.



PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2026

Conselho Regional de Administração do RS (UASG)

389150

OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, materiais e serviços necessários à implantação de sistema de sonorização fixa na sala da plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, incluindo instalação, integração, configuração e calibração do sistema.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 20.091,00 (vinte mil e noventa e um reais)

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/05/2026 às 9h (horário de Brasília)

LOCAL DA PUBLICAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CERTAME

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DO TERMO DE CONTRATO	13
9. DOS RECURSOS.....	14
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16

EDITAL**Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

Processo Administrativo SEI nº 476910.000280/2026-81

Torna-se público que o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, por meio da Comissão Permanente de Contratações e do Setor de Licitações e Contratos, sediados na Rua Marcílio Dias, 1030, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR VALOR, modo de disputa ABERTO E FECHADO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, materiais e serviços necessários à implantação de sistema de sonorização fixa na sala da plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, incluindo instalação, integração, configuração e calibração do sistema, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. Em caso de discordância, entre as especificações do objeto descrito no sítio eletrônico www.gov.br/compras e as especificações do objeto descrito no Termo de Referência, anexo I deste Edital, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 valor total do serviço;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, anexo I deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17. 5.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18. 5.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19. 5.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.20. 5.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21.1. Em relação a grupos de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.21.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.27. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.28. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta.

5.29. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. **Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e

6.1.3. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.1.4. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste edital.

6.3.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

6.5.1. conter vícios insanáveis;

- 6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital;
- 6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação, que comprove:**
- 6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.8.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2.1. As exigências de habilitação estão previstas nos itens **9.7 a 9.43** do Termo de Referência.
- 7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados via campo próprio do sistema Compras.gov.br.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente ordem de compras ou serviço.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.crars.org.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 10.1.2.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.2.5. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.4. fraudar a licitação;
- 10.1.5. **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**
 - 10.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, e

10.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar, e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.2.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do sul, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item

10.1.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento somente poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@crars.org.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, conforme §2º do artigo 16 da IN SEGES nº 73/2022.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial do CRA-RS: www.crars.org.br.
- 12.11. **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**
- 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 12.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar
- 12.11.2. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

APROVAÇÃO:

Aprovo o edital e determino que seja realizada a sua publicação.

Porto Alegre, assinado digitalmente.

Adm. Flávio Cardozo de Abreu

Presidente do CRA-RS

CRA-RS 20.904

Engenharia
Rua Marcílio Dias 1030 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre-RS - CEP 90130-000
Telefone: (51) 3014-4700 - www.crars.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.000280/2026-81

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto nos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º da Lei 14.133/2021; art. 14 do Decreto nº 10.024/19.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, materiais e serviços necessários à implantação de sistema de sonorização fixa na sala da plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, incluindo instalação, integração, configuração e calibração do sistema.

1.2. A solução deverá contemplar o fornecimento de equipamentos de amplificação, processamento e roteamento de sinais de áudio, caixas acústicas, cabeamento, conectores, suportes e demais componentes necessários, bem como os serviços de instalação, ajustes técnicos, testes operacionais e treinamento básico de usuários.

1.3. O sistema deverá ser compatível e integrado aos equipamentos já adquiridos pelo CRA-RS, correspondentes a 10 (dez) microfones de mesa tipo gooseneck com haste flexível e ajustável, marca SKP PRO AUDIO, modelo PRO 7K PARLIAMENT, e 01 (uma) câmera de vídeo marca ZOWIETEK, modelo 4K PTZ CAMERA.

1.4. A solução deverá assegurar adequada inteligibilidade de fala, uniformidade de cobertura sonora no ambiente e desempenho compatível com as atividades institucionais deliberativas realizadas na plenária.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. Trata-se de contratação de natureza não continuada, envolvendo fornecimento de equipamentos, instalação e entrega do sistema plenamente funcional.

1.7. O prazo estimado para execução dos serviços será de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

1.8. A vigência contratual perdurará até o cumprimento integral das obrigações assumidas, incluindo eventual período de garantia do sistema instalado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE

VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Descrição da Solução

3.1.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, integração e testes de sistema de sonorização fixa para a Sala da Plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, incluindo todos os equipamentos, materiais, acessórios e serviços necessários ao pleno funcionamento do sistema.

3.1.2. A contratação compreende, no mínimo:

- I - fornecimento dos equipamentos de áudio necessários ao funcionamento do sistema;
- II - fornecimento de suportes, cabeamento, conectores e demais materiais complementares;
- III - instalação física e interligação elétrica dos equipamentos;
- IV - configuração e parametrização do sistema;
- V - integração com os equipamentos já existentes da Administração;
- VI - realização de testes operacionais e ajustes técnicos;
- VII - treinamento básico dos usuários indicados pela Administração;
- VIII - garantia mínima conforme especificado neste Termo de Referência.

3.1.3. A solução deverá ser entregue em pleno funcionamento, apta ao uso imediato pela Administração.

3.2. Ciclo de Vida do Objeto:

3.2.1. A contratação considera as seguintes etapas do ciclo de vida do objeto:

- I - Aquisição de equipamentos novos, com padrão de mercado e disponibilidade de assistência técnica no país;
- II - Instalação e integração ao ambiente existente;
- III - Operação regular durante sessões plenárias e eventos institucionais;
- IV - Manutenção corretiva durante o período de garantia;
- V - Possibilidade de futura expansão ou substituição modular, sem dependência tecnológica exclusiva.

3.3. Especificação Técnica do Produto:

3.3.1. O sistema deverá contemplar, no mínimo:

- I - Caixas acústicas;
- II - Com potência dimensionada pela contratada de acordo com as características do ambiente;
- III - Resposta de frequência adequada à reprodução de voz;
- IV - Instalação fixa em parede ou teto;
- V - Padrão profissional.

3.3.1.1. Mesa de som ou processador de áudio:

- I - Quantidade de canais compatível com os microfones existentes;
- II - Controle individual de ganho;
- III - Saídas compatíveis com o sistema de amplificação.

3.3.1.2. Sistema de amplificação:

- I - Potência compatível com as caixas fornecidas;

II - Proteção contra sobrecarga;

III - Estabilidade operacional.

3.3.1.3. Cabeamento e conectores:

I - Cabos balanceados;

II - Instalação organizada e identificada;

III - Conformidade com normas técnicas aplicáveis.

3.3.1.4. Compatibilidade com Equipamentos Existentes:

I - O sistema deverá ser plenamente compatível com os microfones de mesa tipo gooseneck com haste flexível e ajustável, marca SKP PRO AUDIO, modelo PRO 7K PARLIAMENT e câmera de vídeo marca ZOWIETEK, modelo 4K PTZ CAMERA;

II - A compatibilidade deverá ocorrer sem necessidade de substituição dos equipamentos existentes, salvo justificativa técnica expressamente aceita pela Administração.

3.4. **Garantia:**

3.4.1. O prazo mínimo de garantia será de 12 meses, contados do recebimento definitivo do objeto, abrangendo defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e substituição de componentes, sem ônus adicional para a Administração.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a contratada deverá observar as diretrizes previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, assegurando o atendimento à legislação ambiental aplicável aos seus processos, produtos e serviços.

4.2. Deverão ser observados, sempre que tecnicamente viável, os seguintes princípios:

I - menor impacto sobre os recursos naturais;

II - maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;

III - maior vida útil dos equipamentos e menor custo de manutenção;

IV - preferência por produtos constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não será exigida garantia para a contratação.

Vistoria

4.5. A vistoria técnica prévia no local de execução dos serviços será facultativa, porém fortemente recomendada, a fim de que o licitante possa dimensionar corretamente os equipamentos, infraestrutura, pontos de instalação, características acústicas do ambiente, roteamento de cabos e demais elementos necessários à adequada formulação da proposta técnica e comercial.

4.6. A avaliação prévia do local possibilita o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas, falhas de dimensionamento e eventuais alegações futuras de desconhecimento das condições do ambiente.

4.7. Aos licitantes que optarem por não realizar a vistoria, será exigida a apresentação de declaração formal de pleno conhecimento das condições locais, assumindo integral responsabilidade pela elaboração da proposta e pela execução do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições do local para fins de reequilíbrio, alteração contratual ou descumprimento de obrigações.

4.8. A vistoria poderá ser realizada mediante agendamento prévio, acompanhada por servidor

designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria, mediante prévio agendamento pelo e-mail: engenharia@crars.org.br

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto abrangerá:

5.1.1. Fornecimento dos equipamentos necessários à implementação da solução de sonorização fixa, incluindo mesa de som (mixagem), amplificação de áudio, caixas acústicas, cabeamento, conectores e acessórios, compatíveis com os microfones de mesa tipo gooseneck com haste flexível e ajustável, marca SKP PRO AUDIO, modelo PRO 7K PARLIAMENT e câmera de vídeo marca ZOWIETEK, modelo 4K PTZ CAMERA, em conformidade com o projeto básico, Anexo A 3893767 deste Termo de Referência;

5.1.2. Realização de vistoria técnica prévia na sala da plenária para levantamento de necessidades, dimensionamento acústico básico, definição de pontos de instalação, rotas de cabeamento e posicionamento dos equipamentos;

5.1.3. Instalação física dos equipamentos fornecidos, com fixação, ancoragem ou posicionamento adequado ao ambiente institucional, respeitando a infraestrutura existente e as normas de segurança aplicáveis;

5.1.4. Integração dos equipamentos fornecidos com os microfones com fio do CRA-RS, assegurando compatibilidade de impedância, conectividade e ganho de sinal;

5.1.5. Execução de cabeamento estruturado para áudio, incluindo terminação, organização e proteção de cabos, de modo a evitar interferências, ruídos mecânicos e riscos operacionais;

5.1.6. Realização de calibração e equalização do sistema, de forma a garantir inteligibilidade de fala, ausência de microfonia, distribuição sonora uniforme no ambiente e níveis adequados de pressão sonora;

5.1.7. Realização de testes operacionais do sistema em condição real de uso, com simulação de sessões plenárias, identificação de ajustes necessários e registro da conformidade da entrega;

5.1.8. Entrega de manual operacional simplificado contendo instruções de uso básico da mesa de som e procedimentos mínimos de operação e desligamento;

5.1.9. Realização de treinamento presencial destinado aos servidores indicados pela Administração, para operação do sistema instalado;

5.1.10. Garantia técnica dos equipamentos fornecidos e dos serviços executados

5.1.11. Emissão de termo de conclusão da instalação com declaração de pleno funcionamento do sistema.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na Sala da Plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, localizada no 5º andar, na Rua Marcílio Dias nº 1030, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, de segunda à sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h, mediante prévio agendamento com o fiscal da contratação, observando a disponibilidade do ambiente para intervenções físicas.

Materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA

5.3. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, materiais e acessórios necessários, incluindo, no mínimo:

5.3.1. Mesa de som com número de canais compatível com os microfones existentes e com as necessidades operacionais da plenária;

5.3.2. Amplificador(es) de potência compatível(eis) com a carga das caixas acústicas;

5.3.3. Caixas acústicas adequadas para uso interno em ambiente de plenária, com potência e dispersão compatíveis com o espaço;

5.3.4. Cabeamento de áudio (balanceado ou não, conforme especificação do projeto), conectores e

adaptadores necessários à integração do sistema;

5.3.5. Suportes, tripés ou dispositivos de fixação, quando aplicáveis;

5.3.6. Sistema de proteção elétrica básica dos equipamentos (filtro de linha, condicionador de energia ou equivalente), quando necessário;

5.3.7. Materiais auxiliares e demais insumos indispensáveis à entrega do sistema em pleno funcionamento.

Materiais a serem fornecidos pela CONTRATANTE

5.4. O CRA-RS fornecerá os 10 (dez) microfones de mesa tipo gooseneck com haste flexível e ajustável, marca SKP PRO AUDIO, modelo PRO 7K PARLIAMENT e 01 (um) camera de vídeo marca ZOWIETEK, modelo 4K PTZ CAMERA, que serão integrados ao sistema durante a instalação.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A solução deverá considerar as seguintes características básicas do ambiente e da operação:

5.5.1. Utilização dos microfones com fio já adquiridos pelo CRA-RS, que deverão ser compatibilizados com a mesa de som e demais equipamentos fornecidos;

5.5.2. Necessidade de inteligibilidade de fala para sessões plenárias e reuniões colegiadas;

5.5.3. Distribuição sonora adequada ao volume e disposição física da sala, considerando o número de assentos e o layout atual;

5.5.4. Exigência de alimentação elétrica padrão sem necessidade de adaptação estrutural, salvo exceções justificadas durante a vistoria técnica;

5.5.5. Necessidade de cabeamento e conexões compatíveis com o padrão adotado pela mesa de som (balanceado ou não, conforme especificação final);

5.5.6. Fornecimento de suportes, fixações ou acessórios necessários ao posicionamento das caixas acústicas e demais equipamentos;

5.5.7. Treinamento básico para operação do sistema por servidores designados pela Administração;

5.5.8. Garantia de operação contínua sem dependência de locações ou equipamentos externos.

Especificações da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos equipamentos fornecidos deverá observar as condições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo de prazos superiores oferecidos pelo fabricante. A contratada deverá garantir o funcionamento do sistema como solução integrada durante o período da garantia.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição ao final do contrato, uma vez que o objeto consiste em fornecimento e instalação de solução acabada, sem cessão de mão de obra e sem prestação continuada. A entrega se aperfeiçoa com o recebimento definitivo do sistema em pleno funcionamento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Os serviços deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo de Referência, com as Ordens de Serviço emitidas pelo CONTRATANTE e com as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O preposto deverá estar disponível durante a execução dos serviços e manter contato com a Administração para atendimento de demandas relacionadas à execução contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da execução contratual sob sua responsabilidade, para fins de adoção das providências administrativas pertinentes.

6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, no que couber, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Gestor do contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para

fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada mediante verificação, pelo fiscal do contrato, da conformidade dos serviços executados e dos equipamentos fornecidos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. Não produzir os resultados acordados;

7.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento será realizada com base nos critérios detalhados nos itens seguintes, contemplando recebimento provisório e definitivo, verificação da conformidade técnica, regularidade fiscal, requisitos legais, forma de pagamento, retenções aplicáveis e demais condições contratuais.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da instalação, mediante termo de ateste emitido pelo fiscal do contrato.

7.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação do pleno funcionamento do sistema e da conformidade com as especificações contratuais.

Requisitos técnicos dos produtos

7.6. O serviço deverá atender a:

7.6.1. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, atender às especificações deste Termo de Referência e observar a legislação aplicável, inclusive o Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

Prazo de pagamento

7.7. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente e após o ateste do Fiscal de Contrato correrá o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para fins de emissão da nota de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.10. Para fins de liquidação, o Fiscal de Contrato deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. O prazo de validade;

- 7.10.2. A data de emissão;
- 7.10.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- 7.10.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. O valor a pagar; e
- 7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.
- 7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/ME nº 3/2018).
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de pagamento

- 7.18. O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.22. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação e Reajuste

- 7.23. Em razão de o presente contrato caracterizar-se como contratação por escopo, com prazo

certo e determinado de execução, fixado em 20 (vinte) dias úteis e com preço global previamente estabelecido, não haverá reajuste de preços nem repactuação durante a vigência contratual.

7.24. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis, tendo sido formulados pela CONTRATADA com base nas condições vigentes à época da apresentação da proposta, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, seguros, administração, lucro e demais despesas.

7.25. Somente será admitida a revisão de preços, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, em caso de ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovados, e que impactem de forma relevante o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

7.26. A eventual revisão, se reconhecida pelo CONTRATANTE, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, precedida de análise técnica e jurídica, vedada qualquer alteração automática ou unilateral dos preços contratados.

Cessão de crédito

7.27. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. Multa de mora de 1% (um por cento) calculada sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega do objeto, limitado a 30 (trinta) dias;

8.2.5. Multa de mora de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor deste CONTRATO, na hipótese de inexecução total do objeto.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.10.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.10.3. as peculiaridades do caso concreto;

8.10.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.10.5. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. O Projeto Básico, Anexo A deste Termo de Referência, deverá ser integralmente observado para a formulação das propostas e para a verificação de sua compatibilidade técnica e econômica;

9.4. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, proposta que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo disponibilizado pela Administração.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria

Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

- 9.24. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.24.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.26. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 9.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.28. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. QUANTITATIVO DE FORNECIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas de preços deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:
- 10.2. Nome, número do CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, telefone e e-mail da empresa proponente.
- 10.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega e abertura do certame;
- 10.2.2. Dados bancários da empresa, com o número de conta corrente e agência.
- 10.2.3. A proposta deverá ser apresentada com a descrição dos serviços ofertados, atendendo no mínimo o descrito no item 1.1, com valor total do serviço.

10.2.4. Juntamente com a proposta de preços, a licitante deverá apresentar a declaração de que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, e os certificados e/ou declarações exigidos no presente Termo de Referência, bem como que a licitante possui suporte administrativo, aparelhamento e condições adequadas, bem como pessoal qualificado e treinado, disponíveis para a execução do objeto desta contratação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

11.1.7. Transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda.

11.1.8. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

11.1.9. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência.

11.1.10. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA.

11.1.11. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.

11.1.12. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

11.1.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, quando aplicável.

11.1.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.1.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11.1.17. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

11.1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. A CONTRATADA obriga-se a:

11.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

11.2.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.2.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

11.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à

saúde no trabalho;

11.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

11.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

11.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

11.20. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação, ou para a qualificação, na contratação direta;

11.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

11.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.25.1. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados; assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta contratação.

11.25.2. Zelar pela perfeita execução dos serviços.

11.25.3. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste Termo de Referência.

11.25.4. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.

11.25.5. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto.

11.25.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

11.25.7. Entregar os serviços nos prazos e condições especificados.

11.25.8. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 20.091,00 (vinte mil e noventa e um reais), conforme pesquisa de preços realizada.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRA-RS, o qual será atendido através da seguinte dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Informática.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver, será indicada após aprovação do Orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, na hipótese de alteração na dotação orçamentária a ser utilizada.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A contratação se dará através de Ordem de Serviço.

Documento assinado digitalmente



ALFREDO LEONARDO GUEDES FULBER
Data: 23/03/2026 11:53:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alfredo Leonardo Guedes Fulber
Chefe de Setor - Engenharia
CREA-RS 266699



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Leonardo Guedes Fülber**, **Chefe de Setor**, em 23/03/2026, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3813928** e o código CRC **89ED029E**.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP-BENS E SERV. Nº 3/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.000280/2026-81

Referência Legal:

- a) Lei nº 14.133 DE 1º/04/2021 e suas alterações;
- b) Instrução Normativa Nº 58/2022; e
- c) DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES E DISPOSIÇÕES QUE PORVENTURA DEVAM CONSTAR NOS ANEXOS E/OU NO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

1. OBJETO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada para fornecimento, integração, instalação, configuração e calibração de sistema de sonorização fixa destinado à sala da plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, incluindo equipamentos de amplificação, processamento e distribuição de sinais de áudio, caixas acústicas, cabeamento e demais componentes necessários à plena operação do sistema.

1.2. A solução deverá integrar-se aos equipamentos já existentes no Conselho, especialmente aos microfones de mesa tipo gooseneck e à câmera de vídeo utilizados nas sessões plenárias, assegurando adequada inteligibilidade da fala, cobertura sonora uniforme no ambiente e condições técnicas apropriadas para a realização das atividades institucionais deliberativas.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A sala da plenária é ambiente institucional destinado à realização de sessões deliberativas, reuniões colegiadas e eventos oficiais que exigem comunicação oral clara e inteligível entre conselheiros e servidores. Atualmente o ambiente não dispõe de sistema de sonorização fixa, inexistindo amplificação adequada da voz e distribuição uniforme do áudio no espaço, o que compromete a funcionalidade do recinto e o exercício regular das atividades finalísticas do Conselho.

2.2. Foram adquiridos microfones para uso na plenária, porém, para operação plena é necessária a integração com equipamentos e infraestrutura compatíveis (amplificação, recepção, roteamento de sinais, caixas acústicas, cabeamento, calibração e treinamento), os quais não se encontram disponíveis na estrutura atual. Tal lacuna impede o uso adequado dos microfones e inviabiliza o atendimento às necessidades operacionais do ambiente.

2.3. Na ausência dessa infraestrutura, os equipamentos atualmente disponíveis não podem ser plenamente utilizados, o que compromete a funcionalidade do ambiente e gera limitações operacionais para a realização das sessões deliberativas e demais atividades institucionais.

2.4. Assim, a contratação mostra-se necessária para viabilizar a implantação de sistema de sonorização adequado ao ambiente da plenária, permitindo o pleno aproveitamento dos equipamentos já adquiridos pelo Conselho e assegurando condições técnicas apropriadas para a realização das atividades institucionais.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

3.1. A presente contratação não está prevista no Plano de Contratação Anual de 2026. Entretanto, sua realização mostra-se necessária para atender demanda superveniente relacionada à adequação da infraestrutura de sonorização da sala da plenária do Conselho Regional de Administração do

Rio Grande do Sul – CRA-RS, espaço essencial para a condução das atividades deliberativas e institucionais do órgão.

3.2. A necessidade foi identificada a partir de avaliações internas que evidenciaram limitações no sistema atualmente existente, especialmente quanto à inteligibilidade da fala, à uniformidade da cobertura sonora e à confiabilidade operacional, impactando o adequado desenvolvimento das sessões plenárias e reuniões formais.

3.3. A contratação de empresa especializada para fornecimento, integração, instalação e calibração de sistema de sonorização fixa, com aproveitamento dos microfones já adquiridos pelo Conselho, observa os princípios da eficiência e da economicidade, ao promover a modernização da infraestrutura sem aquisição desnecessária de equipamentos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Considerando as características do objeto, a solução a ser contratada demandará empresa com experiência na integração de sistemas de sonorização fixa para ambientes corporativos, auditórios ou plenárias, envolvendo atividades de instalação, configuração e calibração de equipamentos de áudio, amplificação, caixas acústicas, processamento e distribuição de sinais, cabeamento e demais componentes necessários ao adequado funcionamento do sistema.

4.2. Os serviços deverão incluir o fornecimento dos equipamentos complementares, bem como a instalação, integração, calibração, testes e treinamento operacional, assegurando a inteligibilidade de fala, distribuição sonora uniforme e compatibilidade com os microfones já adquiridos pelo Conselho, que deverão ser incorporados ao sistema.

4.3. A empresa deverá obrigatoriamente atuar no ramo pertinente ao objeto contratado, possuir estrutura física e técnica compatível, bem como equipe habilitada para execução dos serviços, incluindo profissionais com conhecimento específico em sistemas de som e integração de áudio para ambientes institucionais.

4.4. A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis ao segmento de sonorização, incluindo padrões de conectividade, impedância, balanceamento de sinais (quando aplicável), dimensionamento de amplificação e adequação dos equipamentos ao ambiente físico da plenária.

4.5. A vistoria técnica prévia no local de execução dos serviços será facultativa, porém fortemente recomendada, a fim de que o licitante possa dimensionar corretamente os equipamentos, infraestrutura, pontos de instalação, características acústicas do ambiente, roteamento de cabos e demais elementos necessários à adequada formulação da proposta técnica e comercial.

4.6. A avaliação prévia do local possibilita o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas, falhas de dimensionamento e eventuais alegações futuras de desconhecimento das condições do ambiente.

4.7. Aos licitantes que optarem por não realizar a vistoria, será exigida a apresentação de declaração formal de pleno conhecimento das condições locais, assumindo integral responsabilidade pela elaboração da proposta e pela execução do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições do local para fins de reequilíbrio, alteração contratual ou descumprimento de obrigações.

4.8. A prestação será não continuada, consistindo em fornecimento de equipamentos, instalação e entrega do sistema acabado e operacional, não havendo cessão de mão de obra.

4.9. Será vedada a subcontratação parcial ou total do objeto, exceto se expressamente autorizada pelo CRA-RS, em razão da necessidade de preservação da coerência técnica da solução e do controle de qualidade da entrega.

4.10. Os equipamentos e materiais utilizados deverão obedecer a padrões de qualidade, eficiência e segurança adotados no mercado, com garantia mínima pelo período especificado no Termo de Referência, devendo o sistema ser entregue plenamente funcional.

4.11. Não será exigida garantia de contratação nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de serviço comum de execução pontual, com entrega de solução instalada e sem risco relevante à integridade patrimonial da Administração.

4.12. Não será admitida a participação de empresas em consórcio. A vedação justifica-se pelo

fato de que o objeto da contratação possui escopo técnico delimitado e complexidade compatível com a execução por empresa individual especializada, conforme verificado em levantamento preliminar de mercado. Ademais, a execução do objeto envolve solução integrada de fornecimento, instalação e configuração de sistema de sonorização, cuja responsabilidade técnica e operacional recomenda a centralização da execução em um único contratado, a fim de assegurar maior controle sobre a qualidade da solução e a adequada integração dos equipamentos.

Documentos de Habilitação

4.13. As exigências de habilitação dos licitantes serão detalhadas no Termo de Referência e no respectivo edital, observando-se o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, limitando-se à documentação estritamente necessária à comprovação da capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira compatíveis com o objeto da contratação, vedadas exigências excessivas ou desproporcionais que possam restringir a competitividade.

5. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Fornecimento, integração, instalação e calibração de sistema de sonorização fixa para a sala de reuniões da plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, incluindo o fornecimento de amplificação, recepção e roteamento de sinais, caixas acústicas, cabeamento e infraestrutura correlata, adequação de impedância, fixação, testes, treinamento operacional, entrega de manual, garantia de funcionamento e demais insumos necessários à operação.	43211504 – Sistema de Sonorização	SERVIÇO	R\$ 20.091,00 (vinte mil e noventa e um reais).

5.1.

6. DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO COMO UM TODO

6.1. A contratação visa dotar a sala da plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS de sistema de sonorização fixa, permitindo a captação, amplificação e distribuição sonora adequadas para a realização de sessões deliberativas, reuniões colegiadas e demais atividades institucionais que demandem comunicação oral clara e inteligível.

6.2. A execução dos serviços deverá incluir o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários, a instalação, a integração com os microfones já adquiridos, o cabeamento, os ajustes de impedância, a calibração, os testes e o treinamento operacional das equipes designadas, garantindo o pleno funcionamento do sistema após a entrega definitiva.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Embora o parcelamento do objeto seja, em regra, medida recomendada para ampliar a competitividade das licitações, no presente caso verificou-se a inviabilidade técnica de sua adoção, em razão da natureza integrada da solução de sonorização fixa a ser implantada na sala da plenária do CRA-RS.

7.2. O eventual parcelamento da contratação poderia resultar na participação de múltiplos fornecedores responsáveis por partes distintas da solução, aumentando o risco de incompatibilidades técnicas entre equipamentos e componentes, dificuldades de integração do sistema e conflitos quanto à responsabilização pela entrega do sistema plenamente operacional.

7.3. O parcelamento, neste caso, comprometeria a padronização da solução, geraria risco de incompatibilidade entre componentes e impediria que uma única empresa assumisse a responsabilidade técnica pela entrega final do sistema operante.

7.4. Assim, a contratação como solução única assegura maior controle técnico, eficiência operacional e economicidade à Administração, em conformidade com o art. 18, §1º, VIII, da Lei nº

8. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 8.1. Garantia de inteligibilidade de fala e comunicação oral adequada durante sessões plenárias, reuniões colegiadas e demais atividades institucionais;
- 8.2. Disponibilização de sistema de áudio estável, integrado e funcional, permitindo a utilização dos microfones já adquiridos pelo CRA-RS;
- 8.3. Eliminação de soluções improvisadas e de riscos operacionais associados à ausência de sonorização adequada no ambiente;
- 8.4. Aproveitamento racional dos recursos públicos, com redução de retrabalho, custos adicionais futuros e dependência de locações ou equipamentos externos;
- 8.5. Adequação do espaço físico da plenária às necessidades regimentais e operacionais da entidade, fortalecendo as atividades deliberativas;
- 8.6. Otimização dos recursos humanos internos, ao reduzir dificuldades de comunicação e a necessidade de compensação manual de voz durante as sessões;
- 8.7. Valorização da infraestrutura institucional e melhoria da experiência de uso do ambiente por conselheiros, servidores e demais participantes.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. Disponibilização do ambiente físico da sala da plenária para execução dos serviços de instalação do sistema de sonorização, assegurando acesso ao local e às condições necessárias para implantação da infraestrutura de áudio.
- 9.2. Verificação da compatibilidade e disponibilidade dos microfones já adquiridos pelo CRA-RS, os quais deverão ser integrados ao sistema de sonorização a ser instalado.
- 9.3. Designação de servidor ou equipe responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- 9.4. Planejamento das condições de acesso ao local de instalação, bem como eventual agendamento prévio para execução dos serviços, de forma a não prejudicar o funcionamento das atividades institucionais.
- 9.5. Disponibilização de informações técnicas relevantes do ambiente e dos equipamentos existentes, a fim de subsidiar a adequada execução da solução contratada.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 10.1. Não foram identificadas contratações em andamento ou previstas que estejam diretamente vinculadas ou dependentes desta contratação. A presente demanda é autônoma e atende a uma necessidade específica do CRA-RS.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da pretensa contratação, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Informática.

12. DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 12.1. A contratação em questão possui baixo potencial de impacto ambiental, uma vez que envolve a instalação de equipamentos eletrônicos em ambiente interno, sem geração significativa de resíduos, emissões atmosféricas, efluentes ou riscos ao meio ambiente.
- 12.2. Poderão ser gerados resíduos eletroeletrônicos e cabos remanescentes durante o processo de instalação, os quais deverão ser armazenados e destinados de forma ambientalmente adequada, conforme as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010.
- 12.3. Não se prevê necessidade de destinação de resíduos perigosos, de logística reversa de alto impacto ou de procedimentos especiais de descontaminação, dada a natureza do objeto.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a análise da necessidade institucional, da aderência aos objetivos estratégicos do CRA-RS, da existência de fornecedores aptos no mercado, da viabilidade técnica e econômica da solução proposta e da pertinência do objeto, declara-se viável a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de sonorização fixa para a sala da plenária.

13.2. A contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, encontrando-se prevista no Plano Anual de Contratações da entidade. Conclui-se, portanto, que a medida é adequada ao interesse público e necessária ao pleno funcionamento do ambiente institucional destinado às atividades colegiadas da Administração.

Documento assinado digitalmente
gov.br ALFREDO LEONARDO GUEDES FULBER
Data: 20/03/2026 17:51:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alfredo Leonardo Guedes Fulber
Chefe de Setor - Engenharia
CREA-RS 266699



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Leonardo Guedes Fülber**, **Chefe de Setor**, em 20/03/2026, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3809568** e o código CRC **F68EFDCC**.

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Conselho Regional de Administração do Estado do Rio Grande do Sul – CRA-RS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:		CNPJ:
FONE: ()	E-MAIL:	
RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA:		
Nº DO BANCO:	BANCO:	
Nº DA AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE Nº	

Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento, integração, instalação e calibração de sistema de sonorização fixa para a sala da plenária do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, incluindo o fornecimento de amplificação, recepção e roteamento de sinais, caixas acústicas, cabeamento e infraestrutura correlata, adequação de impedância, fixação, testes, treinamento operacional, entrega de manual, garantia de funcionamento e demais insumos necessários à operação, com utilização dos microfones já adquiridos pelo Conselho, visando assegurar inteligibilidade de fala, uniformidade de cobertura sonora e condições adequadas para as atividades institucionais deliberativas.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
1	Arandela 6" Frahm 50w Quadrada Cx Branca.	04	
2	Amplificador Frahm Slim 3600 Optical G5 200w Rms	01	
3	Mesa de Som Soundcraft MI-16 16 Canais USB	01	
4	EXTENSOR USB FIBRA OPTICA 20 MT	01	
5	Cabo Santo Angelo 15m Serie Ninja 49ft Xlrf Xlrm	10	
6	CABO INTERFACE USB	01	
7	Fio Paralelo Cristal 2x12 2,50mm Controller Rolo de 100mt	01	
8	INSTALAÇÃO - SERVIÇO	1	
Valor total			R\$

Nos valores indicados nesta proposta estão incluídos todos os impostos, seguros, transporte, taxas e quaisquer outros encargos pertinentes à execução contratual.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

DATA, __/__/2026.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA COM CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL